

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de outubro de 2020 às 07h42
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Justiça francesa manda Google negociar com editoras pagamento por uso de conteúdo 3

G1 - Globo | BR

Pirataria

Receita Federal e Sefa realizam operação no combate a venda de mercadoria falsificadas 4

Yahoo! Finanças | BR

Patentes

COVID-19 | AstraZeneca impõe restrições sobre a venda da futura vacina no Brasil 5

Justiça francesa manda Google negociar com editoras pagamento por uso de conteúdo

O Google deve abrir negociações com editoras na França sobre como pagar para usar conteúdo, confirmou um tribunal de apelações nesta quinta-feira, abrindo caminho para um acordo para todo o setor no país.

A decisão pode repercutir fora da França, pois obriga o Google a reunir-se com editoras e agências de notícias para encontrar uma maneira de remunerá-los sob o "direito vizinho" consagrado nas regras de **direitos** autorais reformuladas da UE, que permite aos editores exigirem uma taxa de plataformas online para mostrar trechos de notícias.

"É a primeira vez em um caso como esse", disse a chefe antitruste da França, Isabelle de Silva, à Reuters, acrescentando que o tribunal francês basicamente validou uma decisão anterior da autoridade de concorrência.

"A conduta do Google equivale a dizer: estou oferecendo a você um contrato pelo qual você me dá todos os seus direitos sem remuneração", disse Silva,

referindo-se à relação comercial entre os editores de notícias e o Google da Alphabet.

A decisão do tribunal francês difere da promessa da semana passada do Google de pagar 1 bilhão de dólares a editoras em todo o mundo nos próximos três anos por suas notícias, já que o acordo francês envolve encontrar uma metodologia sustentável para remunerar editoras e agências de notícias.

O veículo do Google para remunerar as editoras de notícias, batizado de Google News Showcase, deve ser lançado na Alemanha, onde assinou jornais alemães como Der Spiegel, Stern, Die Zeit e, no Brasil, Folha de S.Paulo, Band e Infobae.

A decisão do tribunal francês veio horas após o Google dizer que estava prestes a chegar a um acordo para pagar as editoras francesas por suas notícias, o mais recente movimento para apaziguar grupos de mídia e evitar escrutínio de reguladores.

:

Receita Federal e Sefa realizam operação no combate a venda de mercadoria falsificadas

1 de 1Sefa realiza fiscalizações no comércio de Belém - Receita Federal

Sefa realiza fiscalizações no comércio de Belém - Receita Federal

A Receita Federal por meio das Secretarias da Fazenda e de Segurança Pública realiza na manhã desta quinta-feira (8), a operação 'Efeito Dominó' na região central de Belém com objetivo de fiscalizar a venda de mercadorias falsificadas importadas. A operação está sendo realizada por equipes de fiscalização e segurança que visitam lojas no comércio da cidade.

Por conta da operação, a rua 13 de maio foi interditada

para realização das fiscalizações. A Secretaria da Fazenda verifica se as empresas visitadas possuem inscrição cadastral regular e se realizam a emissão de nota fiscal.

Segundo a receita, a prática é considerada lesiva aos comerciantes, importadores e produtores brasileiros que atuam na legalidade, pois sonega tributos e leva a perda de postos de trabalho. Ainda segundo a receita, a **falsificação** viola os **direitos** autorais e de marcas, desestimulando o investimento por empreendedores legítimos no Brasil. Também atenta contra os direitos dos consumidores com produtos clandestinos e que não atendem aos requisitos de segurança.

COVID-19 | AstraZeneca impõe restrições sobre a venda da futura vacina no Brasil



Canaltech

Não é segredo que inúmeras empresas do mundo inteiro estão dando tudo de si para produzir uma vacina contra a COVID-19, e o Brasil já está definindo suas parcerias. Na última quarta-feira (7), o site do jornal Financial Times revelou detalhes em torno do acordo do governo brasileiro com a empresa britânica AstraZeneca, (que está desenvolvendo uma vacina candidata com a Universidade de Oxford), com direito a restrições estabelecidas acerca da venda dessa vacina no país.

As condições envolveram manter a **patente** sobre o produto, o abastecimento de 100 milhões de doses da vacina, com custo de US\$ 300 milhões (o equivalente a R\$ 1,6 bilhões), e caso a vacina britânica não apresente resultado, não há reembolso do pagamento. Além disso, a produção da vacina pela Fiocruz será somente distribuída ao mercado brasileiro, restringindo que o Brasil exporte a outros países. A AstraZeneca também manterá toda propriedade intelectual da vacina, com possibilidade de novo acordo quanto à cobrança de royalties.

O diretor-executivo do grupo farmacêutico AstraZeneca, Jorge Mazzei, anunciou que não terá lucro com a distribuição de vacinas contra a COVID-19. A empresa farmacêutica disse que forneceria doses com base no custo pelo menos enquanto durar a pandemia. No entanto, o memorando define o fim desse período de pandemia em 1 de julho de 2021.

O período poderia ser prorrogado, mas somente se AstraZeneca considerar que a pandemia de SARS-COV-2 não acabou. Pascal Soriot, presidente-executivo da AstraZeneca, declarou anteriormente que uma série de fatores influenciaria a avaliação da empresa de quando a pandemia acabasse, incluindo a própria análise da Organização Mundial da Saúde, mas não foi mais específico. Ele também se recusou a divulgar um ponto de preço pós-pandemia.

Mais

O custo futuro de qualquer vacina aprovada é uma questão controversa depois que grupos farmacêuticos, incluindo a AstraZeneca, receberam centenas de milhões de dólares em dinheiro público para acelerar o desenvolvimento. "Desde o início, a abordagem da AstraZeneca tem sido tratar o desenvolvimento da vacina como uma resposta a uma emergência global de saúde pública, não uma oportunidade comercial", disse a empresa em um comunicado. "Continuamos a operar com esse espírito público e buscaremos orientação especializada, inclusive de organizações globais, sobre quando podemos dizer que a pandemia já passou".

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 4

Pirataria
4

Patentes
5